

BANCO DE CABO VERDE

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA  
JUNHO 2010

Cidade da Praia  
2011

**Título:** Boletim de Estabilidade Financeira – Junho 2010

**Editor:** Banco de Cabo Verde  
Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro  
Avenida Amílcar Cabral, 27  
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde  
<http://www.bcv.cv>

**Paginação:** Departamento de Recursos Humanos e Administração

## ÍNDICE

<b>Nota Introdutória</b> .....	<b>5</b>
<b>Capítulo 1. Enquadramento Macroeconómico</b> .....	<b>7</b>
<b>Capítulo 2. Sector financeiro nacional</b> .....	<b>9</b>
2.1 - Apreciação global .....	9
2.2 - Estrutura do sector financeiro nacional .....	10
<b>Capítulo 3. Situação financeira do sector público</b> .....	<b>13</b>
<b>Capítulo 4. Situação financeira do sector privado não financeiro</b> .....	<b>15</b>
<b>Capítulo 5. Sistema bancário</b> .....	<b>17</b>
5.1 - Actividade .....	17
5.1.1 - Evolução do Activo .....	17
5.1.2 - Evolução do Passivo .....	18
5.2 - Análise dos Resultados .....	20
5.2.1 - Margem Financeira .....	20
5.3 - Rendibilidade .....	22
5.4 - Liquidez .....	23
5.5 - Riscos da actividade bancária .....	24
5.5.1 - Adequação dos Fundos Próprios .....	24
5.5.2 - Risco de Crédito .....	25
5.5.3 - Risco de mercado .....	29
5.5.3.1 - Risco de taxa de Juro .....	29
5.5.3.2 - Risco de taxa de câmbio .....	31
5.5.4 - Risco de Liquidez .....	34
5.5.5 - Risco operacional .....	35
5.6 - Resultados dos stress tests .....	36
<b>Capítulo 6. Sector Segurador</b> .....	<b>39</b>
<b>Capítulo 7. Mercado de Valores Mobiliários</b> .....	<b>41</b>
<b>Capítulo 8. Infra-estrutura e regulação</b> .....	<b>43</b>
8.1 - Sistema de Pagamentos .....	43
<b>9. Conclusões finais</b> .....	<b>47</b>



## **Nota introdutória**

A estabilidade do sistema financeiro constitui uma das prioridades de actuação do Banco de Cabo Verde. Isto pressupõe o acompanhamento e análise, a identificação de actuais e potenciais riscos para o sistema financeiro, bem como a implementação de mecanismos de reposição do equilíbrio dos mercados.

Neste âmbito, é elaborado anualmente o Relatório de Estabilidade Financeira, que vai na sua 2ª edição, sendo o último relativo ao ano de 2009.

Dando resposta à necessidade de se proceder a uma avaliação intercalar da evolução do sistema financeiro na primeira metade do ano, procedeu-se à elaboração de um Boletim Semestral de Estabilidade Financeira, com data de final do 1º semestre. O presente documento pretende apresentar um quadro de acompanhamento e análise do sistema financeiro, procurando deste modo, reconhecer as tendências de evolução das suas actividades e identificar os riscos que se configuram para o ano em curso.



## 1. Enquadramento macroeconómico

A conjuntura macroeconómica na primeira metade de 2010 ficou marcada por sinais de recuperação económica global, iniciada em meados de 2009, observando-se uma revitalização do comércio internacional, liderada pelas principais economias emergentes, enquanto num número significativo de economias avançadas, a recuperação denotou um ritmo claramente mais reduzido.

No entanto, a turbulência nos mercados financeiros, resultante da crise da dívida soberana em diversos países da Zona Euro, acabou por introduzir factores de incerteza e de ameaça ao restabelecimento da economia internacional.

Em conformidade com os sinais de recuperação da actividade económica global, o FMI, através da sua publicação World Economic Outlook divulgada em Julho de 2010, reviu em alta a taxa de crescimento económico mundial em cerca de 40 p.b., para 4,6%. Contudo, a perspectiva para o ano de 2011 é de uma ligeira desaceleração do ritmo de crescimento (4,3%), que é motivada pela retirada dos estímulos à economia e, em alguns países, pela introdução de medidas de austeridade para reequilibrar as contas públicas.

A nível interno, o indicador de clima económico, produzido pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), sugere um aumento no ritmo de crescimento da actividade económica, consistente com a recuperação dos principais parceiros.

A evolução globalmente favorável do clima económico nos primeiros 6 meses do ano de 2010 dá-se na generalidade dos sectores da actividade económica, com particular destaque para os sectores do comércio e indústria. O inquérito à construção e obras públicas do INE regista, igualmente, neste período, um ligeiro aumento neste sector, face ao semestre homólogo.

Os indicadores de consumo e de formação bruta de capital fixo produzidos pelo Banco de Cabo Verde confirmam o perfil de recuperação da actividade económica.

As contas externas sugerem, igualmente, alguma animação na actividade económica. Impulsionadas pela execução do programa de investimento público, as importações cresceram 4,5% em termos homólogos. As exportações de bens cresceram 69,3%, com a aceleração das exportações de pescado e das reexportações de combustível nos portos e aeroportos internacionais do país.

Na balança de serviços, dados provisórios sobre o 1º semestre de 2010, apontam uma evolução positiva das principais rubricas (serviços ligados aos transportes aéreos e viagens de turismo) em relação ao período homólogo. Com efeito, registou-se um aumento das receitas de transportes aéreos (cerca de 8%), acompanhando o aumento do número de passageiros e do tráfego de aeronaves nos aeroportos internacionais do país, e de 4,3% das viagens de turismo.

No entanto, de referir que, no período de Janeiro a Junho de 2010, as remes-

sas de emigrantes diminuíram 5,1% em termos homólogos, em resultado da redução dos fluxos provenientes da Zona Euro (6,8%).

No que se refere ao investimento directo estrangeiro (IDE), a entrada de fundos atingiu os 4.717,33 milhões de CVE, traduzindo a melhoria do investimento imobiliário em cerca de 50% (que recuperam de uma queda de cerca de 40% no ano anterior) e de cerca de 9% dos investimentos dos emigrantes.

Relativamente à situação financeira do Sector Público, o primeiro semestre do ano de 2010 ficou marcado por uma deterioração das contas públicas, reflexo da política orçamental anti-cíclica em curso. De acordo com os dados provisórios do Ministério das Finanças, o défice orçamental global atingiu os 4% do PIB em Junho de 2010, aumentado 3 pontos percentuais, relativamente a Junho de 2009.

Na decorrência do aumento das necessidades de financiamento do sector público, o stock da dívida interna, em Junho de 2010, acelerou relativamente ao período homólogo, passando a representar cerca de 24,7% do PIB, o que traduz um crescimento de mais 3,49 p.p.

A dívida externa, igualmente, registou uma taxa de crescimento homóloga no valor de 14,65%, atingindo os 64,4 milhões de contos (53% do PIB). Em percentagem, quando actualizado o valor do stock de dívida externa em relação ao Produto Interno Bruto, a dívida externa efectiva do governo ascende a 49% do PIB, aproximando-se do threshold level (limiar de referência) de risco moderado, de 50%.

A inflação manteve a sua trajectória descendente ao longo dos últimos 12 meses, fixando-se a taxa de variação média em Junho de 2010 nos 0,0%, contra os 5,8 % registados em Junho de 2009.



## **2. Sector financeiro nacional**

### **2.1. Apreciação global**

O primeiro semestre de 2010 ficou marcado por uma ligeira recuperação económica, com reflexos positivos na situação financeira do sistema bancário cabo-verdiano. Do ponto de vista comercial, a actividade bancária, medida pela dimensão dos activos, aumentou, tendo crescido o crédito aos clientes e incrementado os recursos de clientes, a níveis superiores aos de Junho de 2009.

Em linha com o ocorrido em Dezembro de 2009, as infra-estruturas de suporte às actividades financeiras, nomeadamente o sistema de pagamentos, conheceram importantes melhoramentos, no que tange à sua maior operacionalidade, perfeitamente evidenciáveis pela evolução do volume de transacções nas Caixas Automáticas (ATM) e nos Terminais de Pagamento (POS).

Assistiu-se a uma melhoria dos rácios de adequação de capital, em grande medida associada a um volume significativo de aumentos de capital. Os indicadores de rendibilidade ascenderam a níveis superiores aos de Junho de 2009. O mercado do crédito ficou marcado pela evolução das suas taxas de crescimento de 13,7% nos primeiros seis meses de 2010, uma evolução consentânea com os agregados de despesa mais relevantes da economia nacional.

A posição de liquidez no sistema bancário aponta para um registo de queda contínua, embora ligeira, dos rácios entre crédito e depósitos. Os custos de funcionamento parecem estar sob uma gestão rigorosa e de contenção.

Do ponto de vista prudencial, não obstante um ligeiro agravamento do indicador da qualidade da carteira de crédito, verificou-se o reforço significativo dos fundos próprios e registou-se uma melhoria substancial na constituição de provisões.

As imparidades para crédito aumentaram em relação a Dezembro de 2009, embora se mantenham em níveis relativamente contidos.

O sistema bancário continua evidenciando uma boa capacidade de resiliência face a determinados riscos. O exercício de stress tests, realizado pelo Banco de Cabo Verde, corrobora este facto, pois ao considerar as diversas situações extremas ao nível do risco cambial, da evolução das taxas de juro, das condições de liquidez e de risco operacional, permitiu confirmar a adequação dos níveis de fundos próprios detidos.

Contudo, há a assinalar a existência de vulnerabilidades e riscos para o sistema, nomeadamente os riscos de crédito, de elevada exposição face ao sector imobiliário e a um número limitado de contrapartes.

Por sua vez, o sector segurador continua a dar mostras de crescimento sustentado e de solidez, evidenciado pela sua confortável margem de solvência.

A Bolsa de Valores viu o seu papel reforçado com mais duas ofertas públicas de subscrição, designadamente as emissões obrigacionistas da Tecnical

Imobiliária e da Câmara Municipal do Sal, intensificando, assim, a crescente importância da Bolsa de Valores no processo de canalização de poupança para o financiamento da economia.

Em matéria de regulação, o quadro legal existente experimentou importantes remodelações na área de seguros, no sentido da melhor adequação face aos desafios e riscos emergentes das suas actividades.

## 2.2. Estrutura do Sector Financeiro Nacional

Em linha com o ocorrido nos anos anteriores, o sistema financeiro cabo-verdiano ficou marcado pela intensificação da competitividade entre as instituições.

Os demais indicadores financeiros evidenciam o aumento da concorrência bancária, conforme atesta o quadro seguinte.

**Quadro nº1 - Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) no mercado de crédito**

	Dez-06	Dez-07	Dez-08	Dez-09	Jun-10
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
IHH - Crédito	3.943	3.381	3.257	3.245	3.180
R1 (*)	0,52	0,47	0,45	0,45	0,44
R2 (**)	0,86	0,77	0,75	0,75	0,75

(\*) Índice de concentração em relação à maior instituição bancária de CV.

(\*\*) Índice de concentração em relação às 2 maiores instituições bancárias de CV

Fonte:

<sup>2</sup> O Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) é uma medida frequentemente utilizada para avaliar a concentração da indústria bancária. Este índice é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todos os bancos no mercado. Este índice varia de 0 a 10.000 pontos. Considera-se que o sector está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1000 e 1800 pontos e altamente concentrado se situar acima dos 1800 pontos.

A concentração da indústria bancária, medida pelo Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH)<sup>1</sup>, continuou acusando melhorias substanciais, quando comparada com os anos anteriores. Não obstante a elevada concentração da indústria bancária em Cabo Verde, o IHH nos 6 primeiros meses do ano de 2010 alcançou os 3.180 pontos, um nível ligeiramente inferior aos valores observados nos anos anteriores, o que sugere maior competitividade/concorrência entre as instituições de crédito.

Assinale-se que a quota de mercado do crédito em relação ao maior banco (R1) indiciou uma ligeira melhoria, passando de 45% para 44%, enquanto em relação às duas maiores instituições de crédito (R2), a quota estabilizou-se nos 75%.

Ao nível da composição do sistema financeiro, o primeiro semestre do ano de 2010 não registou eventos que tivessem impacto na estrutura do Sistema Financeiro Cabo-verdiano.

**Quadro nº 2- EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO**

<b>TOTAL de Instituições financeiras autorizadas e a operar no mercado financeiro</b>			
	<b>Dez-08</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Jun-10</b>
	<b>Nº</b>	<b>Nº</b>	<b>Nº</b>
Instituições de crédito onshore	5	5	5
Instituições parabancárias	7	8	8
Instituições financeiras internacionais (IFI)	8	10	10
Seguradoras	2	2	2
Corretoras de Seguro	3	3	3
Agências de Câmbio	2	2	2
Mercado de Capitais	1	1	1
<b>TOTAL de Instituições financeiras autorizadas e a operar</b>	<b>28</b>	<b>31</b>	<b>31</b>

**Instituições financeiras autorizadas, aguardando o Registo especial do BCV****Principais ocorrências - De Dezembro de 2009 a Junho/2010**

<b>Green Bank, S.A.</b>	<b>B.O Série I nº7, de 22/02/2010;</b>
<b>Novo Banco, S.A.</b>	<b>B.O. Série I nº7, de 22/02/2010</b>
<b>Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, SA</b>	<b>B.O. Série I nº 17, de 03/05/2010;</b>
<b>Innovation Box – Sociedade de Locação, Financeira, SA</b>	<b>B.O. Série I nº 17, de 03/05/2010;</b>
<b>Ecobank Cabo Verde, SA</b>	<b>B.O. Série I nº 17, de 03/05/2010;</b>
<b>Banco Espírito Santo Cabo Verde, S.A.</b>	<b>B.O. Série I nº 24, de 28/06/2010;</b>

Contudo, há a registar, que até Junho de 2010, foram concedidas 6 (seis) autorizações às Instituições Financeiras, por Portaria do Ministério das Finanças e Avisos do BCV, e que aguardam o registo especial, sem o qual não podem iniciar a sua actividade. Do universo de instituições autorizadas, mas ainda inactivas, incluem-se (3) instituições de crédito (Green Bank S.A; o Novo Banco S.A; e o Banco Espírito Santo S.A) e duas (2) instituições parabancárias, a Promoleasing e a Innovation Box, ambas sociedades de locação financeira. Há ainda a assinalar, a constituição de uma nova instituição de crédito na modalidade de banco, com a denominação social de Ecobank Cabo Verde, que incorporou no seu capital, a IFI Ecobank já existente.

Tais números permitem evidenciar não apenas a importância conferida ao sistema bancário cabo-verdiano, mas também o interesse crescente por parte de instituições estrangeiras, cujos aportes de capital são realizados em consonância com directrizes traçadas pelo Banco de Cabo Verde, que têm como foco estimular a concorrência entre as instituições que operam nesse sistema.



### 3. Situação financeira do Sector Público

Face à necessidade de se proceder à adopção de políticas anti-cíclicas, de forma a atenuar os efeitos da crise internacional e o consequente abrandamento da economia cabo-verdiana, o primeiro semestre do ano de 2010 ficou marcado por uma deterioração das contas públicas. De acordo com os dados provisórios do Ministério das Finanças, o défice orçamental global atingiu os 4% do PIB em Junho de 2010, aumentando 3 pontos percentuais, relativamente a Junho de 2009.

O agravamento das contas públicas deveu-se fundamentalmente ao aumento significativo das despesas totais (16,8%), com particular destaque para o ambicioso programa de investimentos públicos (49,7%), numa conjuntura em que as receitas totais registaram um decréscimo (-3,9%).

O peso do Sector Público Administrativo (SPA) na economia, medido pelo rácio despesas totais sobre o PIB, aumentou em Junho de 2010 para 17,5% do PIB (15,5% do PIB em Junho de 2009), enquanto o rácio receitas totais sobre o PIB diminuiu para 13,5% do PIB (14,6% do PIB em Junho de 2009).

Em resultado do aumento das necessidades de financiamento do sector público, as dívidas públicas interna e externa cresceram consideravelmente. A dívida externa cresceu 14,65% face a Junho de 2010, atingindo os 64,4 milhões de contos. Em percentagem do PIB, a dívida externa efectiva do governo ascendeu a 53% , aproximando-se do threshold level de risco moderado de 50%, quando é actualizado o valor do stock de dívida externa em relação ao produto.

Por sua vez, o stock da dívida interna cresceu 21,1%, de Junho de 2009 em relação a Junho de 2010. Por sectores institucionais, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) passou a deter a maior parcela da dívida interna do país (50,23%), totalizando, nos primeiros 6 meses do ano de 2010, um stock de 15,2 milhões de contos, que compara com os 9,9 milhões de contos relevados no período homólogo de 2009 (52,97%).

Entretanto, em linha com o ocorrido em Junho de 2009, a dívida do sector público face ao sector bancário, representada fundamentalmente por dívida titulada (Bilhetes e Obrigações do Tesouro), manteve-se estável, registando um ligeiro crescimento de 1,37%.

Quadro nº3 - Stock de Dívida Pública

	Jun-09	Dez-09	Jun-10	Var. Jun10/09	
	Valor	Valor	Valor	Peso %	%
Dívida Interna Pública (global) em milhões de CVE	25.057	27.130	30.341		21,09
- Sector Bancário	14.470	14.379	14.668	48,34	1,37
- Sector não Bancário	10.587	12.752	15.673	51,66	48,03
-dos quais INPS	9.963	12.287	15.240	50,23	52,97
- Dívida Interna Pública em % do PIB ( )	21,21	24,40	24,70		3,49 p.p.
Dívida Externa Pública (em milhões de CVE)	56.141	58.886	64.368		14,65
Dívida Externa Pública (% do PIB)	47,5%	49,9%	53,0%		5,5 p.p.

O rácio da dívida em termos do PIB é um indicador de sustentabilidade habitualmente utilizado. Em Junho de 2010, esse rácio atingiu o valor de 24,7%, um acréscimo de 3,49 p.p. face ao período homólogo, reflectindo um crescimento superior do stock da dívida interna em relação ao produto. Todavia, a evolução mantém-se dentro do intervalo de referência de 20 a 25%, denotando a boa capacidade de solvência do sector público.

#### 4. Situação financeira do sector privado não financeiro

O sector privado não financeiro representa as Empresas não Financeiras e Particulares.

Durante o primeiro semestre de 2010, os particulares reduziram o seu nível de endividamento junto da banca em 6,7 p.p., mas o seu peso no PIB aumentou 3,2 p.p., face ao período homólogo, reflexo do abrandamento do consumo privado na primeira metade do ano.

As sociedades não financeiras viram igualmente o peso do seu endividamento no PIB aumentar em 3,7 p.p., mas o ritmo de crescimento da sua dívida em relação ao sector bancário reduziu significativamente em 14,6 p.p., face a idêntico período do ano anterior.

**Quadro nº4 - Endividamento do sector privado não financeiro face ao sector bancário**

	Jun-09	Jun-10	Variação
	Valor	Valor	P.P.
Particulares			
Em % do PIB	35,0%	38,2%	3,2
Taxa Variação anual (%)	16,3%	9,6%	-6,7
Sociedades não financeiras			
Em % do PIB (*)	29,6%	33,3%	3,7
Taxa Variação anual (%)	27,7%	13,1%	-14,6

(\*) – Projecções BCV

O comportamento dos indicadores, quantitativos e qualitativos, em finais de Junho, sugere um aumento no ritmo de crescimento da actividade económica nacional, traduzindo um desempenho favorável na quase generalidade dos sectores de actividade, com destaque para os sectores do comércio e indústria. A situação de recuo do nível de endividamento do sector privado não financeiro, em Junho de 2010, analisado face ao período homólogo, parece contudo reflectir ainda grande incerteza quanto à evolução económica.

Os depósitos de residentes – empresas e particulares -, registaram um ligeiro decréscimo, na ordem de 2,15%, em Junho de 2010 face a Junho de 2009, traduzindo um comportamento desfavorável da sua capacidade de poupança financeira no 1º semestre de 2010.

O nível de incumprimento global, medido pelo indicador da qualidade da carteira (Circular nº 150 de 28/12/2009), registou, em Junho de 2010, face a Dezembro de 2009, um ligeiro agravamento na ordem de 0,93 p.p., decorrente da situação menos favorável da situação económica.

## Quadro nº 5 - INDICADORES MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS

	Jun-09	Jun-10	Varição
	%	%	
INDICE DE PREÇOS DO CONSUMIDOR			
Taxa de Variação Média dos últimos doze meses	5,8%	0,0%	-5,8 p.p.
Taxa de Variação em relação ao mês homólogo	0,1%	2,9%	+2,8 p.p.
Taxa de câmbio - Euro/Dólar (Índice mensal)	1,417	1,225	-0,192 p.p.
SECTOR PÚBLICO			
Saldo global, incluindo Donativos (em % do PIB)	-1,0%	-4,0%	-3 p.p.
Saldo global, excluindo donativos (em % do PIB)	-3,5%	-5,6%	-2,1 p.p.
Saldo primário (em % do PIB)	-2,7%	-4,8%	-2,1 p.p.
Saldo Corrente (em % do PIB)	1,4%	1,6%	0,2p.p.
Taxa de juro Obrigações do Tesouro (última emissão)			
Dívida Interna Pública (global) em milhões de CVE	25.057	30.341	21,09%
- Sector Bancário	14.470	14.668	1,37%
- Sector não Bancário	10.587	15.673	48,03%
- dos quais INPS	9.963	15.240	52,97%
Dívida Interna Pública em % do PIB	21,21%	24,70%	3,49 p.p.
Dívida Externa Pública (em milhões de CVE)	56.141	64.368	14,65%
Dívida Externa Pública (% do PIB)	47,5%	53,0%	5,5 p.p.
SECTOR PRIVADO NÃO FINANCEIRO			
Endividamento de Particulares			
Em % do PIB	35,0%	38,2%	3,2
Taxa Variação anual (%)	16,3%	9,6%	-6,7
Endividamento de Sociedades não financeiras			
Em % do PIB	29,6%	33,3%	3,7
Taxa Variação anual (%)	27,7%	13,1%	-14,6
SECTOR FINANCEIRO BANCÁRIO			
Taxa de juro activa implícita (1)	4,94%	4,71%	-0,23 p.p.
Taxa de juro passiva implícita (2)	1,33%	1,45%	0,12 p.p.
Margem implícita	3,61%	3,26%	-0,35 p.p.
Rácios de rendibilidade do sistema bancário			
- Rendibilidade do Activo (ROA)	0,22%	0,29%	0,07 p.p.
- Rendibilidade do Capital (ROE)	3,66%	4,44%	0,78 p.p.
Cost to income (rácios de eficiência)			
Custos operacionais/Produto Bancário	69,00%	63,77%	-5,23 p.p.
Custos operacionais/Activo Líquido	1,74%	1,54%	-0,20 p.p.
Rácio de solvabilidade	11,40%	11,54%	0,14 p.p.
Indicadores de liquidez			
Activo líquido/Activo Total	17,22%	15,63%	-1,59 p.p.
Activo Líquido/Passivo de Curto Prazo	46,77%	48,82%	2,04 p.p.
Grau de Transformação dos Depósitos em crédito	70,55%	77,88%	7,33 p.p.
Qualidade da carteira de crédito (Circular nº150 de 28/12/2009)			
Crédito e juros vencidos / crédito total (CT)	4,05%	4,98%	0.93 p.p.
Crédito vencido líquido /CT	-1,99%	-1,85%	0.14 p.p.
Provisões(a) / Crédito Vencido	149,05	137,21%	-11,8 p.p.

[1] Juros e proveitos equiparados/Créditos concedidos

[2] Juros e custos equiparados/Depósitos totais



## **5. Sector Bancário**

### **5.1. Actividade**

Os sinais sobre a evolução da actividade económica, sugeridos pelos indicadores qualitativos e quantitativos do INE e do BCV, são consistentes com o comportamento da actividade bancária. A boa performance acusada pelas instituições, em termos de crescimento da actividade bancária, rentabilidade e solvabilidade, são aspectos marcantes a registar na globalidade das instituições de crédito cabo-verdianas, nos finais de Junho de 2010.

#### **5.1.1. Evolução do Activo**

A actividade do sector bancário, medida pelo volume total de activos líquidos, acusou um crescimento contínuo, tendo o saldo agregado ascendido a 133,7 milhões de contos, o que representou uma taxa de crescimento de 7,3% e uma variação homóloga de 1 p.p..

A composição da estrutura das aplicações no Activo Líquido não apresenta alterações significativas, continuando o crédito e os títulos a representar quase a totalidade do activo, com, respectivamente, 61% e 18%, seguidos das Disponibilidades, com 15%.

Regista-se uma queda nas Aplicações em Instituições de Crédito, de 6,3 milhões para 5,0 milhões de contos. Essas aplicações estão concentradas na sua maioria nas instituições de crédito (IC) do País, com o BCV a representar cerca de 76% do montante.

Esta revitalização da actividade bancária, porém, não foi acompanhada por uma evolução favorável da qualidade da carteira de crédito. O nível de incumprimento global, medido pelo indicador da qualidade da carteira (Circular nº 150 de 28/12/2009), registou em Junho de 2010, face a Junho de 2009, um ligeiro agravamento na ordem de 0,93 p.p., decorrente da situação económica menos favorável.

## Quadro nº 6 - ACTIVO

	Em CVE		
	Jun-09	Jun-10	Variação
	Valor	Valor	%
Caixa e Disponibilidades	20.987.938.394	20.365.209.565	-2,97%
Aplicações em instituições crédito	6.335.231.271	5.003.584.669	-21,02%
Crédito Normal	62.659.466.980	71.236.571.256	13,69%
Títulos (líquido prov.)	22.858.330.000	23.846.071.315	4,32%
Crédito vencido (liq. prov.)	5.860.462.212	5.912.532.774	0,89%
Derivados	0	0	0,00%
Propriedades de investimentos	20.109.302	109.020.730	442,14%
Activos não correntes detidos para venda	7.338.756	3.133.175	-57,31%
Activos por impostos correntes e diferidos	624.952.143	591.380.918	-5,37%
Imobilizações não financ. (líq.amort.)	3.284.927.532	4.035.805.534	22,86%
Outros activos	2.045.125.207	2.634.710.060	28,83%
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>124.683.881.797</b>	<b>133.738.019.997</b>	<b>7,26%</b>

## 5.1.2. Evolução do passivo

A principal fonte dos recursos dos bancos continua a ser os depósitos de clientes. Em Junho de 2010, este agregado ascendeu a 105,6 milhões de contos, representando 79% do total dos recursos utilizados, dos quais 59,4% representa Depósitos a Prazo.

A variação homóloga dos depósitos é positiva, à taxa de 2,6%, graças à evolução positiva dos Depósitos a Prazo (9,9%), que absorveu a variação negativa (-6,8%) registada nos Depósitos à Ordem. De realçar o crescimento de 59,8% dos depósitos do sector público administrativo, cujo saldo passou de 4,3 milhões de contos, em Junho de 2009, para 6,8 milhões de contos, em Junho de 2010. Por sua vez, os depósitos de emigrantes somaram 37,3 milhões de contos, em Junho de 2010, ante 35,1 milhões de contos, em Junho de 2009, o que representa uma taxa de variação homóloga de 6,4%.

**Quadro nº7 - DEPÓSITOS (CVE)**

	Jun-09	Jun-10	Variação
	Valor	Valor	%
Do sector público administrativo	4.265.152.931	6.816.910.634	59,83%
De outros residentes	57.455.018.175	55.068.823.689	-4,15%
De emigrantes	35.065.752.521	37.299.882.483	6,37%
De outros não residentes	5.001.392.817	5.086.881.946	1,71%
Depósitos obrigatórios	149.724.055	179.890.484	20,15%
Outros	1.070.624.938	1.152.073.795	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>103.007.665.438</b>	<b>105.604.463.031</b>	<b>2,52%</b>
À ordem	45.754.241.092	42.650.862.791	-6,78%
À prazo	54.629.978.693	60.046.861.591	9,92%
Poupança - crédito	2.468.649.645	2.722.944.258	10,30%
Depósitos obrigatórios	149.724.055	179.890.484	20,15%
<b>TOTAL</b>	<b>103.002.593.486</b>	<b>105.600.559.124</b>	<b>2,52%</b>

Os recursos das Instituições de Crédito cresceram à taxa de 59,9%, e representam apenas 5,2% do total do passivo do sistema bancário. Os capitais próprios também aumentaram em 24,9%, em resultado do aumento de capital social efectuado na CECV e, em parte, da retenção do resultado do exercício.

**Quadro nº8 - PASSIVO**

	Em CVE		
	Jun-09	Jun-10	Variação
	Valor	Valor	%
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0,00%
Recursos de Instituições de crédito	4.363.251.096	6.980.159.402	59,98%
Depósitos	103.007.665.438	105.604.463.031	2,52%
Obrigações subordinadas	508.419.595	514.337.017	1,16%
Derivados	0	0	0,00%
Pass. não c/c DPV e oper. descontinuadas	0	0	0,00%
Provisões diversas	5.613.375.923	5.509.319.416	-1,85%
Passivos por impostos correntes e diferidos	441.509.625	298.409.325	-32,41%
Outros passivos	3.126.313.572	5.305.056.389	69,69%
Capital e reservas	9.009.303.428	11.026.268.287	22,39%
Resultados transitados	-1.664.772.388	-1.881.009.061	12,99%
Resultado do exercício	278.815.509	381.016.191	36,66%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>124.683.881.797</b>	<b>133.738.019.997</b>	<b>7,26%</b>

## 5.2. Análise de Resultados

O resultado líquido do exercício somou 381 mil contos no 1º semestre de 2010, que compara com os 278,8 mil contos relevados no período homólogo de 2009. Este crescimento adicional de 102,2 mil contos (36,7%) foi impulsionado essencialmente pelos desempenhos favoráveis do produto bancário, nomeadamente a margem financeira, e pelo comportamento contido dos custos operacionais.

**Quadro nº9 - Análise de Variações na Demonstrações de Resultados\*Em CVE**

Variação de impacto positivo		Variação de impacto negativo	
Designação		Designação	
Margem Financeira	124.134.096	Comissões Líquidas	7.234.038
Rend ° de instrumentos de capital	18.043.178	Resultados de reavaliação cambial	55.652.544
Outros resultados de exploração	12.484.581	Outros resultados	180.204
Custo com pessoal	144.032.150	Gastos Gerais Administrativos	30.937.807
Provisões líquidas	936.778	Amortização do exercício	6.833.210
		Imparidade	26.730.815
		Impostos correntes	69.861.483
Total	299.630.783	Total	197.430.101

\*Junho2010-Junho2009)

### 5.2.1. Margem financeira

A Margem Financeira atingiu o montante de 2,3 milhões de contos e registou um incremento de 286 mil contos, o que traduz uma variação de 5,6% face ao período homólogo.

**Quadro nº10 - Margem financeira implícita**

	Jun-08	Jun-09	Jun-10	Variação
	Valor	Valor	Valor	p.p.
Taxa de juro activa implícita	4,90%	4,94%	4,71%	-0,23
Taxa de juro passiva implícita	1,16%	1,33%	1,45%	0,12
Margem Financeira implícita	3,74%	3,61%	3,26%	-0,35

Este crescimento positivo da margem financeira, apesar de condicionado pelo efeito da taxa de juro desfavorável resultante da diminuição das taxas de juro das operações com clientes, que caíram 0,23 p.p., foi favoravelmente influenciado pelo efeito volume positivo.

A taxa de intermediação dos bancos tem vindo a evidenciar um comportamento favorável desde 2008, beneficiando do comportamento eficiente das suas operações, conforme atesta o rácio cost to income ( rácio de eficiência ) e os indicadores de rentabilidade.

O Produto Bancário cresceu 2,9%, reflexo da evolução favorável da margem financeira. Contudo, há a assinalar o impacto negativo da evolução do mercado cambial, que condicionou parcialmente os resultados do sistema bancário. O efeito de reavaliação cambial, proporcionado pela depreciação do escudo caboverdiano no fim do primeiro semestre do ano de 2010, causou perdas no valor de 55.6 mil contos.

A evolução negativa verificada na Margem Complementar é sintoma do abrandamento da actividade em relação ao período homólogo, o que, de certa forma, aparece também reflectido na evolução negativa de -2,4% registada nas comissões líquidas.

Os custos de funcionamento parecem estar sob uma gestão rigorosa e de contenção, tendo os Custos com Pessoal apresentado uma variação negativa de -13,3%, enquanto os Fornecimentos e Serviços de Terceiros apresentaram um crescimento moderado de apenas 3,7%.

Na primeira metade de 2010, a evolução dos custos operacionais contribuiu favoravelmente para a variação da rentabilidade do activo. A contenção de custos verificou-se essencialmente na componente dos custos com pessoal, mas esteve também patente na componente dos gastos administrativos.

Entretanto, o comportamento da imparidade (líquida de recuperações) foi condicionado pelos efeitos da actual conjuntura económica nacional, com particular impacto nas maiores dotações do exercício, tendo em vista o reforço da cobertura da carteira de crédito com sinais de imparidade. O custo do risco elevou-se a 640 mil contos, evidenciando um crescimento, em base comparável, de 4,4% face aos 613 mil contos apurados em Junho de 2009.

**Quadro nº11 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

	Em CVE		
	Jun-09	Jun-10	Var.
	Valor	Valor	%
Juros e proveitos equiparados	3.586.598.732	3.872.322.540	7,97%
Juros e custos equiparados	1.372.126.061	1.533.715.773	11,78%
MARGEM FINANCEIRA	2.214.472.672	2.338.606.768	5,61%
Rendimentos de instrumentos de capital	115.556.900	133.600.078	15,61%
Comissões Líquidas	305.026.783	297.792.744	-2,37%
Result de act. e passivos ao JV através de resultados	0	-181.809	n.d
Result de activos financeiros disponíveis para venda	4.507	6.112	35,61%
Resultados de reavaliação cambial	122.834.058	67.181.515	-45,31%
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0,00%
Outros resultados de exploração	387.779.242	400.263.822	3,22%
MARGEM COMPLEMENTAR	931.201.490	898.662.463	-3,49%
PRODUTO BANCÁRIO	3.145.674.161	3.237.269.231	2,91%
Custo com pessoal	1.083.896.020	939.863.870	-13,29%
Gastos Gerais Administrativos	843.588.795	874.526.602	3,67%
CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	1.218.189.346	1.422.878.759	16,80%
Amortizações do exercício	243.137.268	249.970.478	2,81%
Provisões líquidas de reposições e anulações	1.253.511	316.733	-74,73%
Imparidade de outros act. fin. Líq. Revers./recuperações	613.374.572	640.105.387	4,36%
Imparidade de outros act. líq. revers./recuperações	0	0	0,00%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	360.423.996	532.486.161	47,74%
Impostos correntes	81.608.487	151.469.970	85,61%
Impostos diferidos	0	0	0,00%
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	278.815.509	381.016.191	36,66%

**5.3. Rendibilidade**

Os principais indicadores de rendibilidade do sistema bancário acusaram, nos primeiros 6 meses do ano de 2010, valores relativamente superiores aos registados nos períodos anteriores, o que sugere um bom desempenho na gestão dos recursos financeiros que são disponibilizados pelos depositantes e credores do sistema.

Neste contexto, a rendibilidade do Activo (ROA – Return on Assets) fixou-se em 0,29% (face a 0,22% no período homólogo), a rendibilidade de capitais próprios (ROE – Return on Equity) registou o valor de 4,44% (face a 3,66% no período homólogo).

**Quadro nº12 - RENDIBILIDADE**

	Jun-09	Jun-10	Varição
	Valor	Valor	p.p.
Rádios de rentabilidade			
Rendibilidade do Activo (ROA)	0,22%	0,29%	0,07
Rendibilidade do Capital (ROE)	3,66%	4,44%	0,78
Cash Flow total (em CVE)	1.136.580.860	1.271.408.789	11,86
Amortizações	21,4%	19,7%	-1,7
Provisões líquidas e imparidade	54,1%	50,4%	-3,7
Resultado	24,5%	30,0%	5,5

O cash-flow apresentou um valor de 1,27 milhões de contos. A parcela de resultados líquidos reforçou o seu contributo, passando de 24,5% em Junho de 2009 para 30% em Junho de 2010.

Beneficiando do efeito conjugado das iniciativas de contenção de custos operacionais e do enfoque no aumento dos proveitos, o rácio de eficiência cost to income registou uma ligeira melhoria de 5,23 p.p. face a idêntico período do ano anterior, situando-se em cerca de 63,77 por cento.

**Quadro nº13 - COST TO INCOME (EFICIÊNCIA)**

	Jun-09	Jun-10	Varição
	Valor	Valor	p.p.
Custos operacionais/Produto Bancário	69,00%	63,77%	-5,23
Custos operacionais/Activo líquido	1,74%	1,54%	-0,20

**5.4. Liquidez**

A evolução moderada na captação de depósitos (2,5%), conjugada com a expansão da carteira de crédito (13.69%), reflectiu-se negativamente, na óptica de liquidez, no rácio de transformação dos depósitos em crédito. O índice continua em ascensão, elevando-se de 70,46%, em Junho de 2009, para 77,88% em Junho de 2010.

**Quadro nº14 - INDICADORES DE LIQUIDEZ**

	Jun-09	Jun-10	Varição
	Valor	Valor	p.p.
Activo líquido/Activo Total	17,22%	15,63%	-1,59
Activo Líq./Passivo de Curto Prazo	46,77%	48,82%	2,04
Crédito /Depósitos de Clientes (*)	70,55%	77,88%	7,33

(\*) Grau de Transformação dos Depósitos em crédito

Embora crescente, o rácio ainda está bem longe do limite dos 100%, o que indicia ainda margem suficiente de liquidez disponível. Em termos globais, o contínuo financiamento junto da base de clientes, com destaque para os particulares, constitui uma característica que reflecte positivamente a posição estrutural de liquidez dos bancos em Cabo Verde.

O rácio Activos Líquidos / Total do Activo fixou-se nos primeiros 6 meses do ano de 2010 em 15,6%, contra os 17,2% em Junho de 2009, indiciando deterioração do nível de liquidez geral. O rácio Activos Líquidos/Exigível a curto prazo experimentou uma melhoria sensível, passando de 46,8% em Junho de 2009 para 48,8% em 2010, o que espelha o reforço da liquidez no curto prazo.

## **5.5. Riscos da actividade bancária**

### **5.5.1. Adequação dos fundos próprios**

Em Junho de 2010, o rácio de adequação global dos fundos próprios do sistema bancário cabo-verdiano situou-se nos 11,5 por cento, o que traduz uma ligeira subida de 0.14 pontos percentuais face ao período homólogo do ano anterior.

Este crescimento reflectiu, em larga medida, o reforço do capital de alguns bancos, com vista à manutenção de um nível adequado de capital, para garantir a solidez e a capacidade de absorção de perdas, contrariando assim, o crescimento do peso dos Activos ponderados pelos Riscos (14,46%) e a subida das deduções aos fundos próprios, observados num dos bancos da praça, pelo não cumprimento das regras prudenciais.

O reforço dos capitais fez com que os fundos próprios de base elegíveis (TIER I) somassem 9,4 milhões de contos, registando para o efeito, um aumento de 22,24% face ao período homólogo de 2009. Cerca de 91% do capital compõe o TIER I, o que confere maior solidez aos Fundos Próprios, enquanto capital de primeira qualidade. Os restantes 9% constituem o TIER II. O aumento adicional dos Fundos Próprios ocorreu quase na totalidade ao nível do TIER I, perfazendo uma soma de 1,7 milhões de contos.

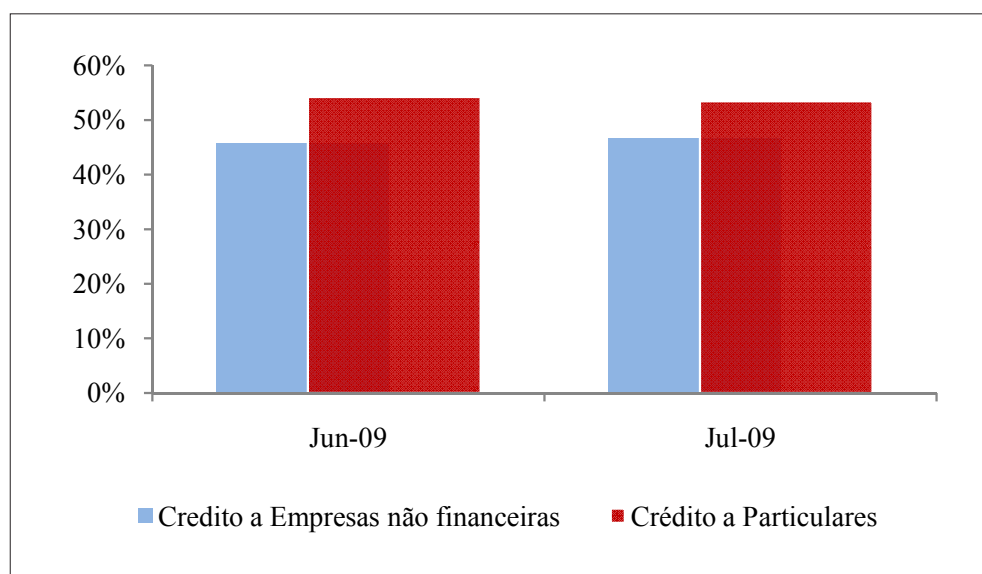


**Quadro nº15 - FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE**

	Em CVE		
	Jun-09	Jun-10	Variação
	Valor	Valor	%
(+) Capital realizado	4.172.765.000	5.610.648.000	34,46%
(+) Reservas e resultados	4.209.555.000	4.894.569.752	16,27%
(-) Deduções regulamentares	672.388.000	1.080.802.313	60,74%
1. Fundos próprios de Base Elegível (TIER 1)	7.709.932.000	9.424.415.439	22,24%
(+) Fundos próprios complementares (TIER 2)	946.849.000	964.346.000	1,85%
(-) Outras deduções	225.592.000	1.436.699.000	958,01%
2. Fundos próprios Elegível	8.520.989.000	8.952.062.439	5,06%
3. Requisitos mínimos de Fundos Próprios	852.098.900	895.206.244	5,06%
4. Activos e equivalentes ponderados pelo risco	67.746.707.000	77.541.677.718	14,46%
5. RÁCIOS			
Solvabilidade	11,40%	11,54%	0,14 p.p.

**5.5.2. Risco de Crédito**

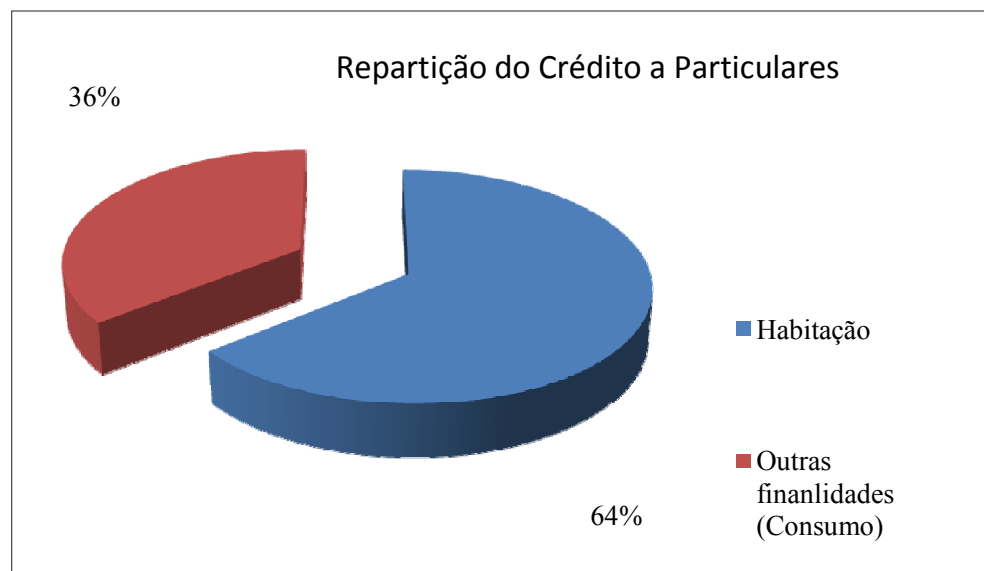
Em Junho de 2010, o total de empréstimos à economia (particulares e empresas não financeiras) foi de 84,5 milhões de contos, contra os 75,9 milhões em Junho de 2009, assinalando um crescimento na ordem dos 11,2%. A carteira de empréstimos concedidos a particulares representava 53,4% do total de empréstimos, contra os 54,2% do período homólogo. O crédito a empresas não financeiras detinha um peso de 46,6% no total do crédito à economia, quando em Junho de 2009 era de 45,8%.

**Gráfico nº 1- Repartição do crédito**

Fonte: BCV

Cerca de 65% do crédito a particulares destinou-se à habitação. Registou-se nesse segmento de crédito um ligeiro incremento de 2,6% face a Junho de 2009, o que evidencia o elevado nível de exposição do sector bancário face ao sector imobiliário, em linha com o que se vem observando ao longo dos últimos anos.

Gráfico nº 2 - Repartição do crédito a Particulares

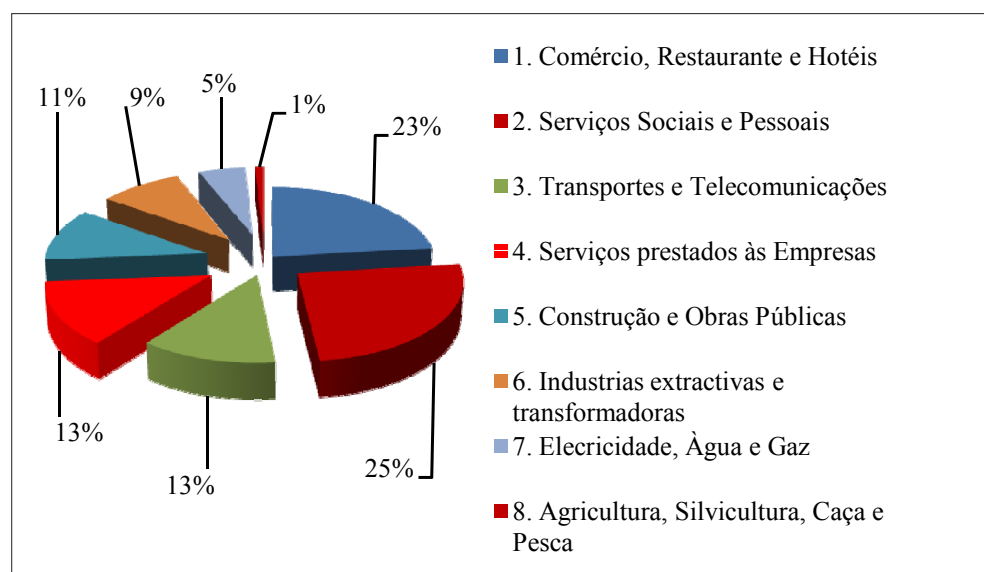


Fonte: BCV

O crédito para outras finalidades, com um peso de quase 36%, destina-se ao consumo de bens duradouros.

Do crédito a empresas não financeiras, as maiores parcelas destinaram-se ao sector do comércio e restauração (25%) e ao sector de Serviços Sociais e Pessoais (24%).

Gráfico nº 3 - Repartição do crédito a Empresas não Financeiras



Fonte: BCV

O crédito em incumprimento, calculado de acordo com a Circular nº 150 de 28/12/2009, somou 3,5 milhões de contos contra os 2,6 milhões contos do período homólogo, isto é, registou-se um aumento na ordem dos 33,97%.

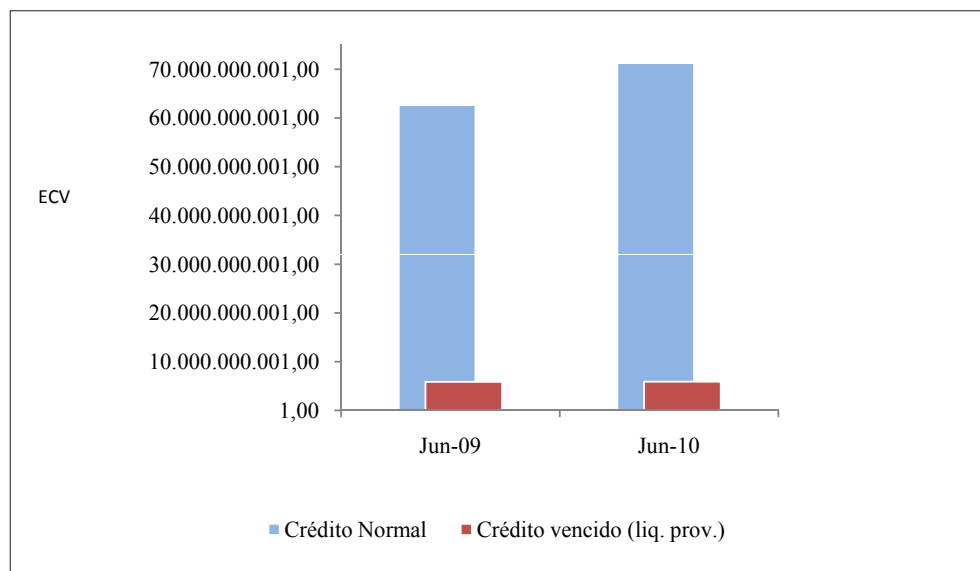
Deste modo, o indicador de qualidade da carteira situou-se em 4,98%, face aos 4,05% registados em Junho de 2009, assinalando um agravamento de 0,93p.p..

**Quadro nº 16 - QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO (Circular nº150 de 28/12/2009)**

	Jun-09	Jun-10	Variação
	Valor	Valor	%
Crédito e juros vencidos (em CVE)	2.588.382.823	3.467.730.905	33,97%
<b>Rácios</b>			
Crédito e juros vencidos / crédito total (CT)	4,05%	4,98%	0,93 p.p.
Crédito e juros venc. há + de 90 dias até 180 dias / CT	1,06%	1,80%	0,74 p.p.
Créd. e juros venc. há + de 180 dias mas não » a 1 ano/CT	0,92%	0,83%	-0,08 p.p.
Créd. e juros venc. há + de 1 ano mas não » a 3 anos/CT	1,37%	1,63%	0,26 p.p.
Crédito e juros vencidos há + de 3 anos /CT	0,71%	0,71%	-0,00 p.p.
Crédito vencido líquido /CT	-1,99%	-1,85%	0,14 p.p.
Provisões(a) / Crédito Vencido	149,05%	137,21%	-11,8 p.p.

(a) - Não inclui as provisões para riscos gerais de crédito.

**Gráfico nº 4 - Crédito em incumprimento e crédito normal**



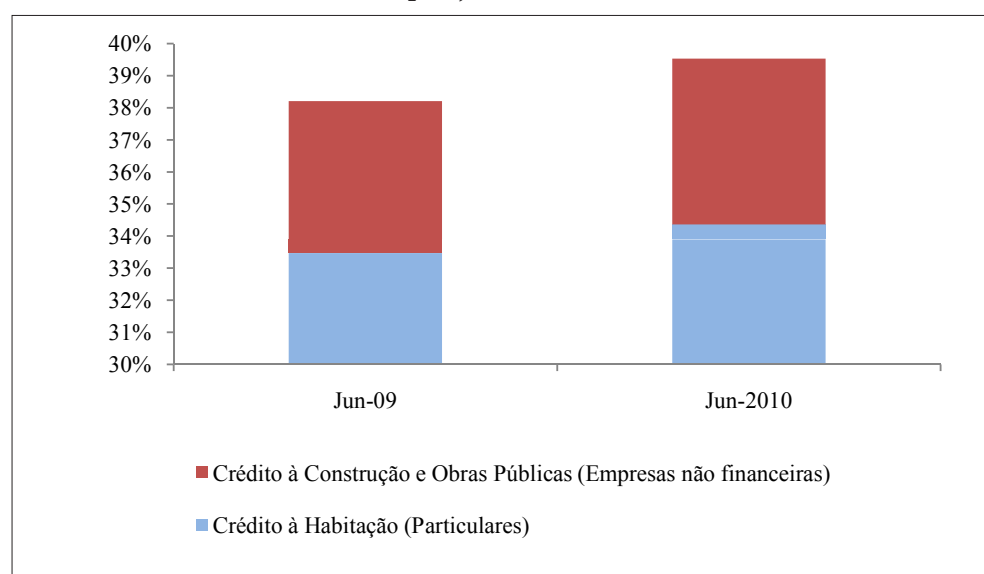
O incumprimento quer da parte de empresas quer de particulares terá ficado a dever-se ainda aos efeitos da desaceleração da actividade económica, ainda que haja sinais de retoma.

À relativa degradação da carteira contrapõe-se a manutenção das provisões específicas para crédito em patamares acima dos mínimos regulamentares es-

tabelecidos pelo Banco de Cabo Verde. O nível de cobertura do crédito vendido pelas provisões continua reforçado, situando-se em Junho de 2010 em 137,21% face aos 149,05%, do período homólogo.

Em termos estruturais, regista-se a concentração relativamente elevada da carteira de empréstimos nos sectores e nas actividades relacionadas com o sector imobiliário. Tomando conjuntamente os empréstimos bancários a particulares para aquisição de habitação e os empréstimos concedidos a empresas do sector da construção e das actividades imobiliárias (sector privado não financeiro), o saldo atinge o nível de 39,5% do total dos empréstimos (38,2% em Junho de 2009), o que atesta o nível elevado de exposição da banca face ao sector imobiliário.

Gráfico nº 5 - Exposição face ao sector imobiliário



Considerando os limites de grande risco (montantes de empréstimos concedidos iguais ou superiores a 10% dos Fundos Próprios), verifica-se que a 30 de Junho de 2010, em média, quase todas as instituições atingiam esse limite, face a pelo menos seis mutuários. Mais do que 50% das instituições apresentavam exposições superiores à média do sector.

Tomando em conta o limite dos 25% dos Fundos Próprios, observa-se que, além de uma grande disparidade entre as instituições, em média, cada instituição estava exposta face a dois devedores, havendo caso de instituições com quase o triplo desse valor.

Para além do risco de concentração, face aos limites acima mencionados, verifica-se que alguns grandes devedores apresentavam dívidas elevadas perante mais do que uma instituição financeira, o que acresce ainda mais o risco de concentração e de contágio de todo o sistema financeiro.

Não obstante o reforço de medidas prudenciais (manutenção de um bom nível de provisões, aumento dos Fundos Próprios, entre outros), o risco de crédito constitui o principal risco do sistema, sendo que o fenómeno da concentração face a determinados sectores económicos, nomeadamente ao sector

imobiliário, bem como a exposição perante um número reduzido de contrapartes, representam os principais segmentos desse risco.

### 5.5.3. Riscos de mercado

#### 5.5.3.1. Risco de taxa de Juro

Na ausência de um instrumento para aferição do risco de taxa de juro na carteira bancária, pode-se avaliar, recursivamente, o risco de taxa de juro no sistema bancário cabo-verdiano, com base nos resultados dos stress tests de Junho de 2010.

Os stress tests conduzidos partem do pressuposto de que uma variação nas taxas de juro em toda a yield curve (curva de rendimento)– evolução paralela em todos os prazos de maturidade - afecta o valor dos activos do banco e impacta o rácio de solvabilidade. Foi considerado um cenário de variação de taxa de juro de  $\pm 500$  pontos base (p.b).

**Quadro nº17 - RISCO DE TAXA DE JURO (em milhões CVE)**

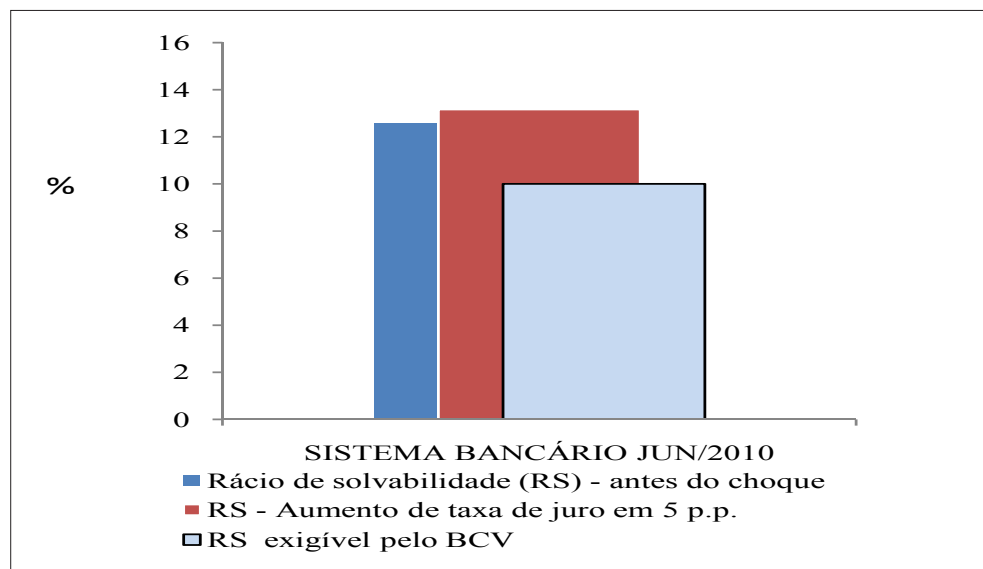
Activos e Passivos sensíveis à Taxa de Juro	Jun-10
	Valor
Total de activos sensíveis	80.464
< 3 meses	8.879
3-6 meses	6.655
6-12 meses	12.629
1-3 anos	10.769
> 3 anos	41.532
Total de passivos sensíveis	71.466
< 3 meses	27.927
3-6 meses	15.125
6-12 meses	24.828
1-3 anos	3.548
> 3 anos	38

Fonte: BCV

#### a) Choque de taxa de juro considerando toda a carteira

Considerando toda a carteira e todos os prazos de maturidade, uma subida de taxa de juro de 500 p.b. faria crescer a margem financeira e elevar o rácio de solvabilidade para 13,2%, dado que na composição da carteira prevalecem activos sensíveis à taxa de juro.

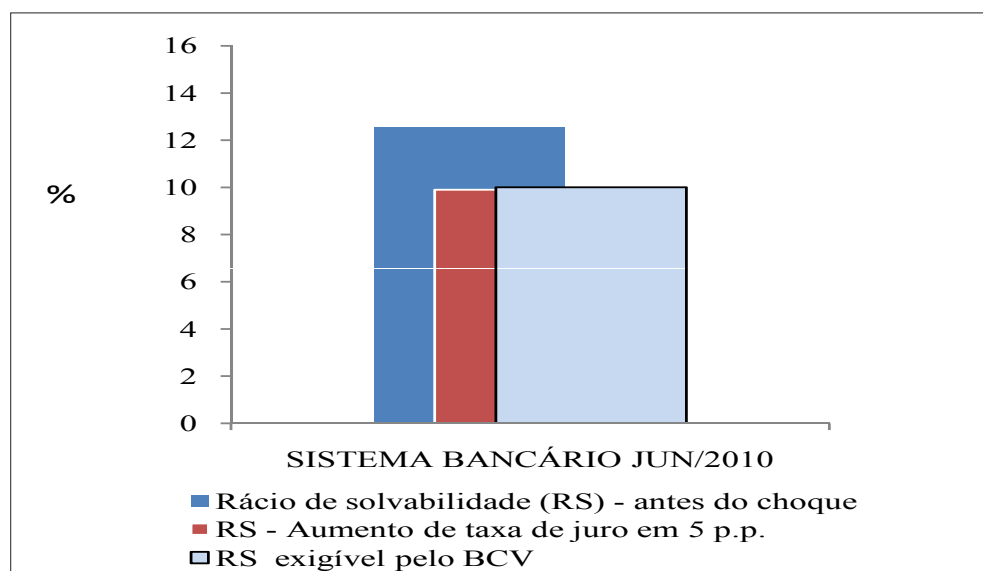
Gráfico nº 6 - Choque de um aumento da taxa de juro em 5 p.p.



b) Choque de taxa de juro considerando a maturidade até 1 ano

Considerando a carteira com maturidade até 1 ano, onde predominam os passivos sensíveis à taxa de juro e o gap negativo, um aumento de taxa de juro de 500 p.b. induziria à redução da margem financeira e do rácio de solvabilidade agregado para 9,9%.

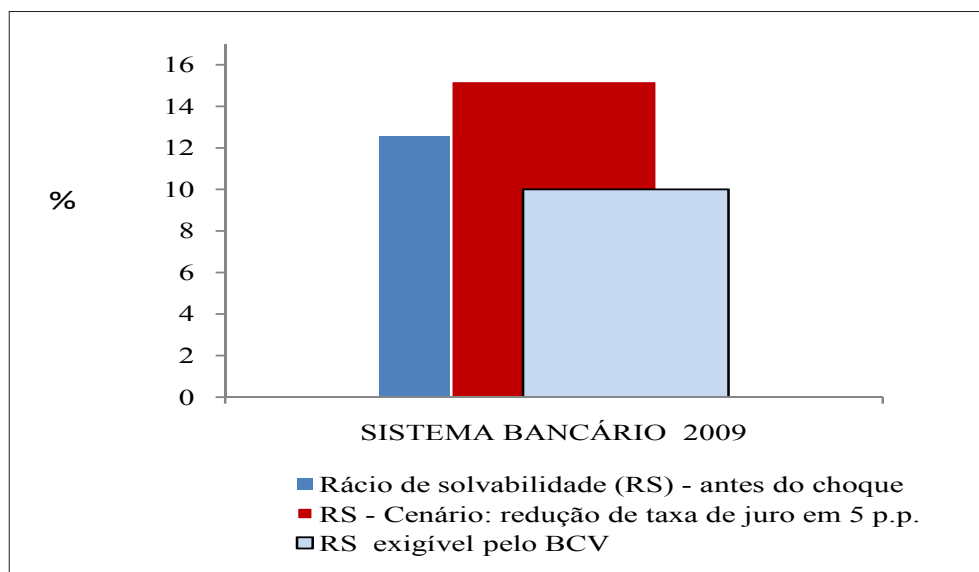
Gráfico nº 7 - Choque de um aumento da taxa de juro em 5 p.p. (Carteira total)



Fonte: BCV

Uma redução da taxa de juro em 500 p.p., pelo contrário, induziria a um aumento da margem financeira, e conseqüentemente do rácio de solvabilidade da maioria dos bancos do sistema. O rácio de solvabilidade agregado do sistema experimentaria um aumento para 15,2%.

Gráfico nº 8 - Choque de uma redução da taxa de juro em 5 p.p.



Fonte: BCV

Os stress tests permitem concluir que o risco de taxa de juro é significativo, manifestando-se, na referida maturidade, de forma negativa sobre a margem financeira. Os bancos em Cabo Verde mostram-se, todavia, bastante resilientes à descida das taxas de juros.

### 5.5.3.2. Risco de taxa de câmbio

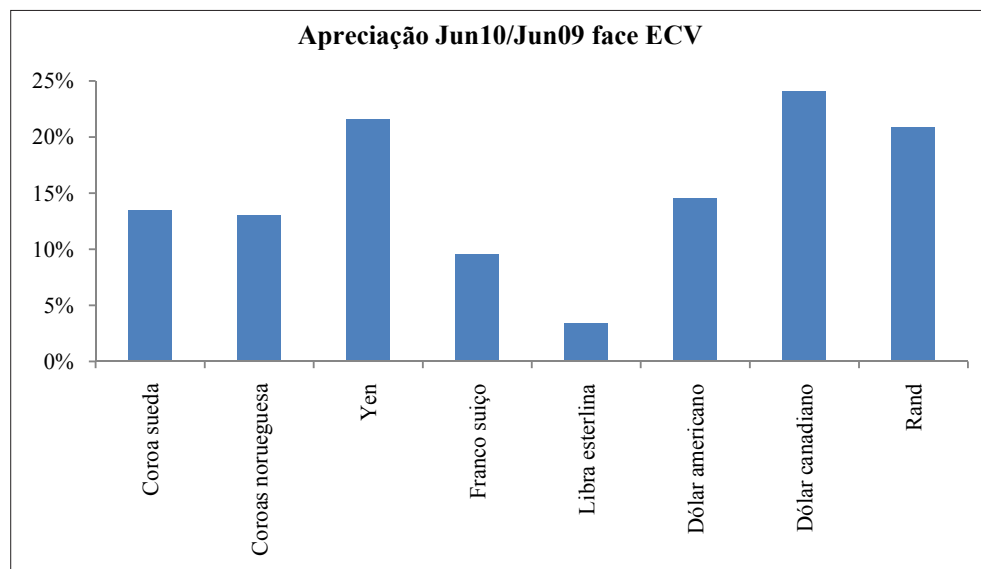
O total dos activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio (VAPRT) representava em Junho de 2010 um valor na ordem de 0,4% do total dos activos ponderados pelos riscos.

De acordo com dados reportados para os testes de esforço, o sistema bancário detinha a 30 de Junho de 2010 uma posição externa líquida longa, considerando toda a carteira (EUR, USD e outras moedas).

Considerando a situação da carteira, excluindo o Euro, os bancos apresentavam em Junho uma posição externa líquida curta, de 68 milhões de escudos, o que põe em evidência uma relativa situação de exposição e portanto de risco de perdas cambiais, em caso de apreciação dessas moedas face à moeda nacional.

Com efeito, no período em análise – Junho de 2010 face ao período homólogo - o sistema bancário acusou perdas cambiais de 55,6 mil contos, derivadas da apreciação significativa das moedas em relação às quais a taxa de câmbio é variável, nomeadamente o dólar americano, a libra, a coroa sueca, entre outras. O montante da perda cambial estimada representa cerca de 15% do valor total dos contributos negativos nos resultados de exploração do semestre em análise.

Gráfico nº 9 - Apreciação das principais moedas (câmbio variável)



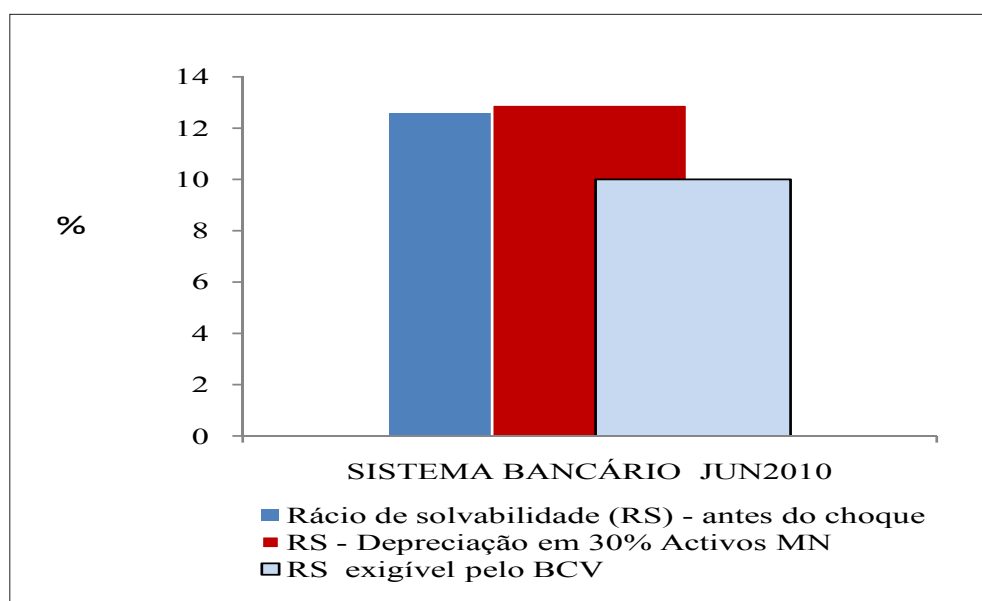
Fonte: BCV

A situação de relativa exposição face ao risco cambial é corroborada pelos stress tests. Foram para o efeito realizados testes de esforço ao sistema bancário, considerando o seu nível de exposição cambial com e sem o euro.

a) Choque cambial em toda a carteira, incluindo o Euro

Os resultados dos stress tests evidenciaram a ocorrência de um aumento do rácio de capital, em resultado de uma desvalorização da moeda nacional (MN) em 30%, face a todas as outras moedas estrangeiras (ME). O sistema mostrar-se-ia muito resiliente face a um eventual choque cambial, o que deriva da posição externa líquida positiva. A maioria dos bancos assinalaria ganhos de capital e veria o seu rácio de capital elevar-se. O rácio de solvabilidade do sistema passaria de 12,56% para 12,8%.

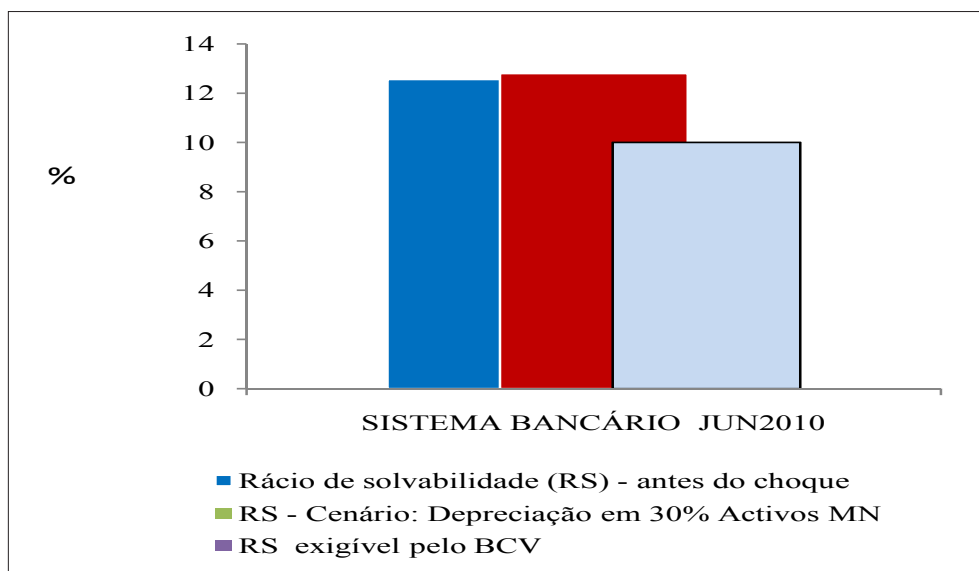
Gráfico nº 10 - Choque de uma desvalorização da MN em 30% face a todas as moedas





Em caso de um choque combinado – desvalorização da moeda nacional, acompanhada simultaneamente de perdas ao nível da carteira de empréstimos em moeda estrangeira, a um nível de incumprimento de 10% – a diferença, face ao risco cambial isolado, não é significativa, dada a pouca expressão do crédito em moeda estrangeira na carteira dos bancos.

Gráfico nº 11 - Choque de uma desvalorização da MN + perda de 10% nos empréstimos em ME

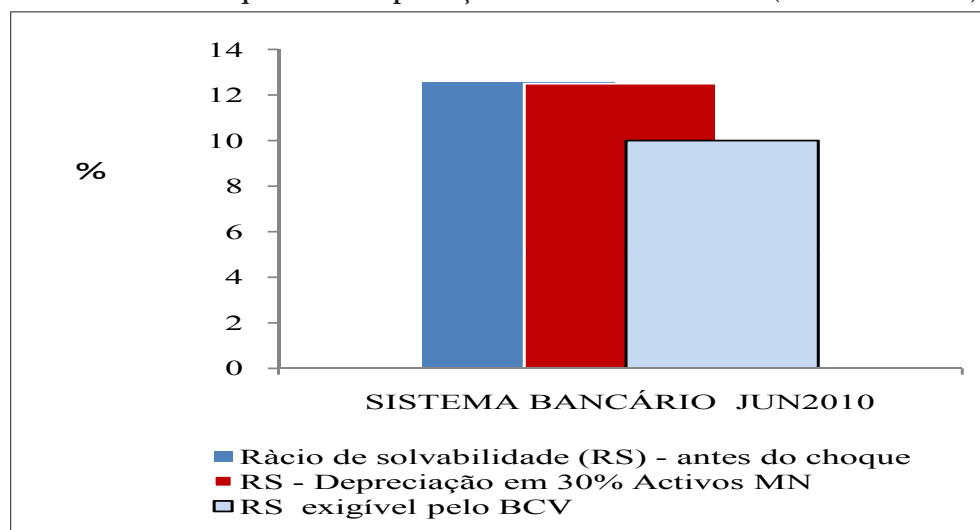


Fonte: BCV

#### b) Choque cambial na carteira em moeda estrangeira, excluindo o Euro

Considerando um choque à carteira em USD e outras moedas, excluindo o Euro, observou-se a redução do rácio de capital para o nível de 12,5%, isto é, acusou uma redução em 0,1 p.p.. A maioria dos bancos acusaria uma diminuição do rácio de solvabilidade, ainda que se mantivesse solvente. O resultado do teste de esforço põe em evidência o risco de exposição cambial do sistema financeiro face às outras moedas, que não o euro, existentes na carteira de activos. A evidência está portanto em conformidade com as perdas cambiais verificadas no semestre em análise.

Gráfico nº 12 - Choque de uma depreciação da MN face a outras ME (USD e outras ME)



Fonte: BCV

#### 5.5.4. Risco de Liquidez

De acordo com o reportado, todas as instituições apresentavam, em Junho de 2010, um nível de cobertura de responsabilidades, pelos diferentes prazos, acima do mínimo regulamentar. O maior risco de cobertura residia no prazo de até 30 dias, pois nesse prazo o índice médio de cobertura era inferior ao dos outros prazos, ainda que superior ao mínimo exigível.

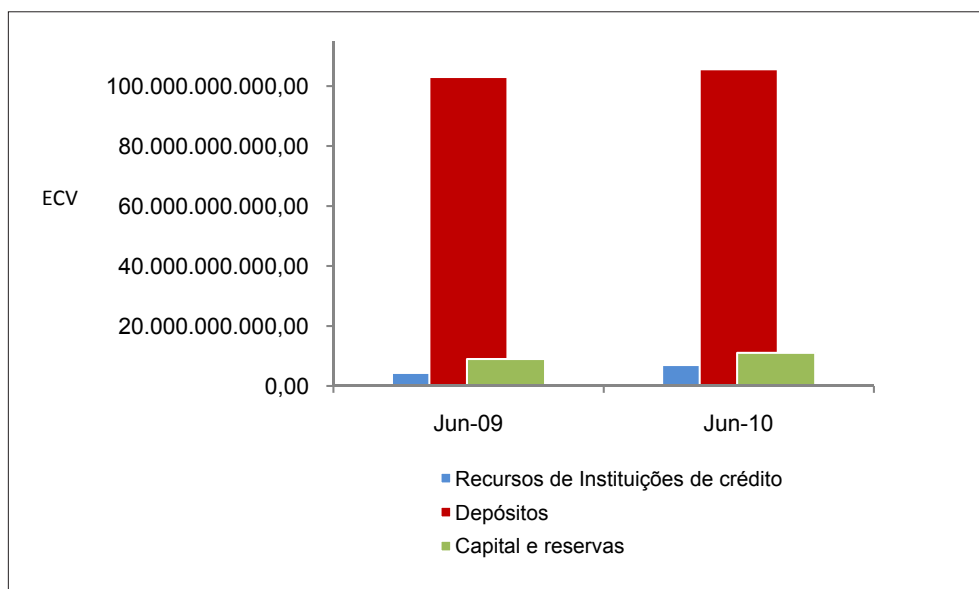
Quadro nº18 – Cobertura de Responsabilidades e o rácio médio de liquidez

COBERTURA DE RESPONSABILIDADES	(Milhares de CVE)	
	Jun-10	
	Sistema Bancário	% do total
<b>Prazo de 7 dias</b>		
Activos elegíveis	23.480.978	49,64%
Passivos elegíveis	46.341.819	43,34%
Rácio de liquidez		50,67%
<b>Prazo de 30 dias</b>		
Activos elegíveis	4.130.234	8,73%
Passivos elegíveis	8.588.572	8,03%
Rácio de liquidez		48,09%
<b>Prazo de 90 dias</b>		
Activos elegíveis	5.530.784	11,69%
Passivos elegíveis	11.841.394	11,07%
Rácio de liquidez		46,71%
<b>Prazo de 1 ano</b>		
Activos elegíveis	14.158.073	29,93%
Passivos elegíveis	40.150.692	37,55%
Rácio de liquidez		35,26%

Fonte: BCV

Os recursos captados junto de clientes – a principal fonte de financiamento dos bancos – registaram em Junho de 2010, face ao período homólogo, um incremento de 2,5%. Outras fontes de financiamento ao sector constituem os recursos de instituições de crédito e o capital e reservas, que no período em análise registaram crescimentos de 60% e 22%, respectivamente.

**Gráfico nº13 - Fontes de financiamento do sistema bancário**



Analisando a evolução das disponibilidades mínimas de caixa (DMC), pode-se reconhecer um excesso de liquidez de 2,98% em Junho de 2010, contra os 5,47% de Junho de 2009, o que indicia a existência de almofadas de liquidez suficientes para satisfação das exigências de curto prazo.

Os resultados dos stress tests relativos ao risco de liquidez, por sua vez, indicaram para Junho de 2010, a boa capacidade de resiliência dos bancos face a uma eventual corrida aos depósitos durante 5 dias consecutivos.

### 5.5.5. Risco operacional

O risco operacional assinalou em Junho de 2010 uma ligeira redução, em 1,44 p.p., face a Junho de 2009.

#### Risco operacional em % do Risco Total

	Jun-09	Jun-10	Varição
	Valor	Valor	Valor
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	11,99%	11,55%	-0,44 p.p.

Fonte: BCV

## 5.6. Resultados dos stress tests

Foram realizados stress tests com base nos dados de Junho de 2010, que permitiram identificar os principais riscos e vulnerabilidades do sistema bancário, face a eventuais choques de crédito, de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

**Quadro nº 19 - Choques ensaiados e pressupostos (Junho 2009)**

30-Jun-10 Pressupostos:	
	CHOQUE GENÉRICO DE CRÉDITO
Choque 1a)	13,5 NPL; 70% Provisões - Choque no limiar da Solvabilidade
	CHOQUE SECTORIAL DE CRÉDITO
Choque 2	Construção (25% NPL; 70% Provisões)
Choque 3	Construção (25% NPL; 70% Provisões) + Turismo (20% NPL; 70% Provisões)
Choque 4	Habitação (20% NPL; 70% Provisões)
Choque 5	Crédito ao Consumo (20% NPL; 70% Provisões)
Choque 6	Concentração 1 (100% Perdas face maior Devedor; 70% Provisões)
Choque 7	Concentração 2 (100% Perdas face 3 maiores Devedores; 70% Provisões)
	CHOQUE CAMBIAL
	a) DIRECTO
Choque 8	Depreciação 30% Activos em ME e 70% Provisões
	b) INDIRECTO (e combinado)
Choque 9	Depreciação 30% Activos em ME + Credito em ME - 10% NPL
	CHOQUE TAXA DE JURO
Choque 10	Variação $\pm 5$ p.p. na taxa de juro
	CHOQUE DE LIQUIDEZ
Choque 11	Corrida aos depósitos durante 5 dias consecutivos
	DO: 15% MN e 10% MN
	DP: 3% MN e 1% ME
	Activos Líquidos: 95% disponível em cada dia

NPL - Non Performing Loans - Crédito Vencido

ME - Moeda estrangeira

MN - Moeda Nacional

Fonte: BCV

Foram no total ensaiados 11 choques, pressupondo que as perdas seriam afectadas directamente aos resultados e, daí, directamente impactarem o rácio de solvabilidade. As perdas pressupõem um nível de provisionamento de 70%.

Os choques ao crédito – num total de 7 - indicam que a actividade de crédito constitui a maior fonte de risco para o sector. Os bancos apresentam-se particularmente vulneráveis aos sectores da construção, do turismo e da habitação, sendo portanto o risco transversal a todo o sistema bancário.

Em caso de um choque genérico à carteira, bastaria considerar um nível

de incumprimento na ordem dos 4%, proporcional à variação da carteira de crédito, para que o rácio agregado do sector se fixasse em 9,9%, portanto no limiar de solvabilidade. Nesta situação, metade dos bancos do sistema mostrar-se-iam insolventes.

Considerando outros choques à carteira de crédito, pelos sectores da construção, habitação e consumo, o rácio de solvabilidade do sistema reduzir-se-ia, ainda que continuasse acima do limite dos 10%. Todos os bancos veriam igualmente a sua solvabilidade diminuir e, em determinados casos, mostrar-se-iam insolventes. Os stress tests comprovaram assim a existência de elevados níveis de risco de crédito, sobretudo nos segmentos do crédito à construção, à habitação e ao consumo. Por bancos, a reacção aos choques é diferenciada, dada a diferente exposição individual de cada banco face aos referidos sectores.

Os testes indicaram que os bancos se expõem de modo significativo ao risco de concentração face aos maiores devedores e cumulativamente ao sector imobiliário-turístico.

Como característica adicional de risco, realce-se a exposição em montantes elevados em relação aos principais devedores. No caso de falência do maior devedor, os bancos do sistema, na sua maioria, se tornariam insolventes. Considerando os dois maiores devedores, todos os bancos mostrar-se-iam insolventes. O risco de concentração apresenta-se assim como um dos riscos maiores do sistema bancário, seja na exposição face a determinados sectores, seja face a um número reduzido de contrapartes, seja relativamente aos montantes, considerados elevados.

Os testes evidenciaram que os bancos são particularmente resilientes ao choque na taxa de câmbio, ficando favorecidos no caso de uma hipotética depreciação da moeda nacional face às principais divisas. O facto deve-se à posição cambial líquida positiva.

Os testes mostraram que os bancos são igualmente resilientes ao choque do aumento da taxa de juro, considerando a carteira global de activos e passivos sensíveis à taxa de juro. O impacto do choque seria positivo sobre a margem financeira bem como sobre o património líquido, dada a predominância no balanço de activos sensíveis à taxa de juro, mas seriam penalizadas em caso de redução da taxa de juro. Considerando todavia o horizonte temporal de 1 ano e o gap acumulado do período, verifica-se todavia que a elevação da taxa de juros em 5 p.p. induziria a uma redução do rácio de solvabilidade para patamares inferiores ao regulamentar. O facto fica a dever-se ao gap acumulado negativo, dada a predominância de passivos sensíveis face aos activos sensíveis no intervalo de maturidade de 1 ano. Por bancos, observa-se que a maioria das instituições apresentaria um rácio de solvabilidade inferior ao mínimo regulamentar. Em caso de descida da taxa de juros em 5 p.p. todo o sistema beneficiaria, com o rácio de capital dos bancos a elevar-se significativamente, face ao cenário-base.

Os stress tests demonstraram igualmente que os bancos, regra geral, são resilientes a uma hipotética crise bancária que despoletasse uma corrida desen-

freada aos depósitos, seja em moeda nacional, seja em moeda estrangeira, por um período de 5 dias consecutivos. Apenas um banco evidenciaria problemas de liquidez no final do período considerado.

Os resultados dos testes mostram que o risco se distribui de forma diferenciada, sendo umas instituições, perante determinados sectores, mais expostas que outras. As instituições possuem um perfil de risco muito diferenciado, ainda que a maioria dos riscos se distribua de forma transversal por todo o sistema.

#### Quadro nº20 - Resultados dos stress tests (Junho de 2010)

	Sistema bancário Junho 2010	
	11,2	Var. p.p. pós choque
Rácio de adequação de capital (%)		
Adequação de capital após choques		
A - Risco de crédito		
Choque genérico à carteira - NPL de 13,5%	9,6	-1,6
Choques sectoriais		
Construção (NPL de 25%)	10,8	-0,4
Habitação (NPL de 25%)	10,5	-0,7
Consumo (NPL de 25%)	8,1	-3,1
Construção (NPL de 25%) + Turismo (NPL de 20%)	10,8	-0,4
Risco de concentração		
Falencia do maior devedor	8,8	-2,4
Falencia dos 2 maiores devedores	6,6	-4,6
B - Risco de taxa de Câmbio		
Directo - Depreciação MN em 30% face a todas as ME	12,2	1,1
Combinado - Depreciação MN em 30% + NPL de 10% nos empréstimos em ME	12,2	1,1
C - Risco de Taxa de Juro		
Aumento das taxas de juro em 500 pontos-base	13,3	2,2
Redução das taxas de juro em 500 pontos-base	10,6	-0,6

NPL: Incumprimento; MN: moeda nacional; ME: Moeda estrangeira

## 6. Sector Segurador

No 1º semestre de 2010, o mercado segurador apresentou um aumento na sua produção de seguro directo na ordem dos 5,56%, face ao semestre homólogo do ano anterior, tendo o ramo Vida registado uma pequena diminuição (-2,40%) e o ramo Não Vida um aumento de 5,89%.

O total de prémios, no montante de 1.151.014 milhares de escudos, ficou dividido entre 41.861 milhares de escudos para o ramo Vida e 1.109.153 para o ramo Não Vida.

No que diz respeito à estrutura da carteira de seguros, é de referir que não houve alterações relativamente ao 1º semestre de 2009, isto é, o ramo Vida continua a rondar os 4% e o ramo Não Vida os 96%.

Os custos com sinistros atingiram o montante de 352.449 milhares de escudos, uma descida de 14,37%, face a igual período de 2009, essencialmente por força da diminuição dos custos com sinistros do ramo incêndio e outros danos, que passaram de 65.109 milhares de escudos, no 1º semestre de 2009, para 2.956, no mesmo semestre de 2010. É de destacar o peso do ramo automóvel nos custos com sinistros, que no período em análise atingiu 78,18%.

A taxa de sinistralidade global (medida pelo rácio custos com sinistros sobre prémios) apresentou uma melhoria, passando de 37,75%, no 1º semestre de 2009, para 30,62%, no mesmo semestre de 2010.

No ramo automóvel, o rácio acusou uma diminuição, passando de 53,40% para 49,68%, em consequência do aumento dos prémios.

No 1º semestre de 2010 registaram-se 2.080 sinistros, sendo 1.795 (86,30%) do ramo automóvel. É de referir que no mesmo período de 2009 registou-se um total de 1.924 sinistros.

As provisões técnicas passaram de 1.477.451 milhares de escudos, no 1º semestre de 2009, para 1.730.346, em igual período de 2010. Destaca-se o peso da provisão para sinistro no total das provisões técnicas, que no semestre em análise, foi de 72,95% (80,17% no 1º semestre de 2009).

Os resultados do 1º semestre de 2010 foram positivos em 143.443 milhares de escudos, contra os 133.259 do mesmo período de 2009.

O rácio de solvência (grau de cobertura da margem de solvência) aumentou para 252% em Junho de 2010, um montante que equivale a duas vezes o normalmente exigido nos termos regulamentares, o que revela o bom desempenho do sector nesse exercício.

Os indicadores referentes às Garantias Financeiras - o Grau de Cobertura de Provisões Técnicas e a Margem de Solvência - foram superiores ao limite mínimo e garantem bastante solidez ao sector de seguros.





## **7. Mercado de Valores Mobiliários**

O mercado de valores mobiliário viu o seu papel reforçado com mais duas Ofertas Públicas de Subscrição (OPS) obrigacionistas, levadas a cabo designadamente pela Tecnici Imobiliária, no montante de 1.102.650.000\$00, e pela Câmara Municipal do Sal, no montante de 200.000.000\$00, indiciando a crescente importância desse mercado na canalização da poupança para o financiamento da economia. Saliente-se em particular, o significado da operação da Câmara Municipal do Sal, a primeira operação pública de mercado realizada no país por parte de uma autarquia municipal, o que evidencia a evolução do mercado em direcção a novos mutuários e a produtos com riscos, garantias e outras características diferentes dos registados até agora no mercado nacional.



## 8. Infra-estrutura e regulação

### 8.1. Sistema de Pagamentos

O Sistema de Pagamentos cabo-verdiano tem dado um importante contributo para o desenvolvimento e a estabilidade do sistema financeiro nacional, muito por força da grande dinâmica cooperativa empreendida pelas suas diferentes instituições e entidades, e do processo continuado de reforma e modernização. Nos primeiros 6 meses do ano de 2010, manteve-se a tendência de evolução e crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela crescente utilização de instrumentos escriturais e electrónicos, particularmente cheques e cartões de pagamento, os dois instrumentos mais utilizados pelos cabo-verdianos, bem como pelo aumento do nível de interbancariedade.

De Janeiro a Junho de 2010 foi processado acumuladamente através do sistema de compensação, um total de 211.946 documentos, no valor de 74,4 milhões de contos. O subsistema de cheques e documentos afins participou com 174.007 cheques, no valor de 39,9 milhões de contos, e 1.696 devoluções, no valor de 617 mil contos. O subsistema de transferências acusou 36.243 transferências, no valor de 33,9 milhões de escudos

Em igual período, a produção de cartões na rede situou-se em 59.769 cartões vinti4. O movimento global das operações efectuadas através do serviço de Caixas Automáticas (ATM) aponta para um total de 1.772.397 levantamentos, 326.402 carregamentos móveis, 5.365 transferências e 2.407 pagamentos de serviço. Registaram-se ainda 254.124 consultas de movimentos, 948.084 consultas de saldos, 1.440 pedidos de cheque e 6.828 consultas do número de identificação bancária (NIB).

**Quadro nº21 - MOVIMENTO GLOBAL NA CÂMARA DE COMPENSAÇÕES**

	Em milhões de escudos					
	Jan-Jun 2008		Jan-Jun 2009		Jan-Jun 2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	164.283	39.791	168.297	40.926	174.007	39.919
Transferências	20.672	31.723	26.455	28.878	36.243	33.860
Devoluções	1.481	366	1.827	298	1.696	617

**Quadro nº22 - MOVIMENTAÇÃO DE FUNDOS NA REDE VINTI4**

	Quantidade: unidades; Valor: milhões de escudos							
	Jan_Jun 2008		Jan_Jun 2009		Jan_Jun 2010		Var % 10/09	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Com Cartão Vinti4	1.818.837	9.679	2.252.259	11.313	2.826.543	13.614	25,5	20,3
Levantamentos	1.186.296	7.470	1.466.169	8.656	1.772.397	9.788	20,9	13,1
Transferências	3.390	132	4.526	148	5.365	180	18,5	21,6
Carregamento móvel	232.548	208	269.457	161	326.402	156	21,1	-3,0
Pagamentos de serviços	1.468	27	1.982	43	2.407	53	21,4	23,0
Pagamento nos POS	395.135	1.843	510.125	2.306	719.972	3.438	41,1	49,1
Com Cartão Internacional	101.349	1.390	94.346	1.193	104.040	1.300	10,3	9,0
Levantamentos	78.519	916	67.266	801	74.231	877	10,4	9,4
Pagamento nos POS	22.830	474	27.080	392	29.809	424	10,1	8,1

**Quadro nº23 - Cartões produzidos e operações s/ mov. de fundos\_Rede 24**

	Em unidades		
	Jan_Jun 2008	Jan_Jun 2009	Jan_Jun 2010
	Valor	Valor	Valor
Cartões Vinti4 produzidos	28.247	28.722	59.769
Consulta de movimentos	170.155	203.729	254.124
Consulta de saldos	604.683	697.201	948.084
Pedidos de cheque	1.967	1.667	1.440
Consulta de NIB	4.269	4.140	6.828
Outras operações	0	0	6.539

**8.2. Regulação**

Nos últimos 6 meses do ano de 2010, assistiu-se a iniciativas de regulação do sistema financeiro cabo-verdiano, mais concretamente na área de Seguros, tendo em vista o estabelecimento de princípios de transparência e práticas de “Boa Governação”.

Igualmente há a registar, no quadro da redução das vulnerabilidade das instituições de crédito, medidas regulamentares no sentido do reforço do capital social de 2 instituições, a saber: O Banco Interatlântico aumentou o seu Capital de 600.000.000\$00 para 1.000.000.000\$00 (B.O. III Série nº 16, de 23 de Abril) e a Caixa Económica de Cabo Verde de 348.000.000\$00 para 1.392.000.000\$00 (B.O. III Série nº 19, de 14 de Maio).

Entre as principais iniciativas regulamentares na área Seguradora, destacam-se:

- Lei nº 53/VII/2010-Autoriza o Governo a Legislar sobre o Regime San-

cionatório aplicável ao Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e Resseguradora -B.O. I Série nº 9, de 08/03/2010;

- Decreto-Legislativo nº3/2010-Aprova o Regime Jurídico do Acesso à Actividade Seguradora e Resseguradora -B.O. I Série nº 19, de 17/05/2010;
- Aviso nº3/2010, de 28/06-Introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguros – B.O. I Série nº 24, de 28/06/2010;
- Aviso nº 4/2010, de 28/06-Plano de Contas para as Empresas de Seguros com Reporte e Publicação de Informação Contabilística e Demonstrações Financeiras preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) -B.O. I Série nº 24, de 28/06/2010;
- Aviso nº 5/2010, de 28/06-Provisões Técnicas - B.O. I Série nº 24, de 28/06/2010;



## 9. Conclusões finais

A evolução globalmente favorável do clima económico em Junho de 2010 teve os seus reflexos positivos na situação financeira do sistema bancário cabo-verdiano. Assistiu-se a uma melhoria dos rácios de adequação de capital, em grande medida associada a um volume significativo de aumentos de capital. Os indicadores de rendibilidade ascenderam a níveis superiores aos de Junho de 2009.

Do ponto de vista prudencial, não obstante um ligeiro agravamento do indicador da qualidade da carteira de crédito, as provisões continuam reforçadas.

Os relevantes indicadores estatísticos de ordem prudencial, designadamente os rácios de solvência e de liquidez, mostraram níveis confortáveis de exposição, bem como os resultados parciais dos stress tests atestam um bom nível de estabilidade e de resiliência do sistema bancário.

Contudo, em linha com o que havia ocorrido em Dezembro de 2009, o exercício de stress tests demonstrou, de um modo geral, a existência ainda de elevados riscos para a actividade bancária, nomeadamente o risco de concentração.

O sector segurador, nos primeiros 6 meses, continua evidenciando níveis de bom ritmo de crescimento, sinais de boa sustentabilidade e elevada solvência. O mercado de valores mobiliários vem ganhando importância crescente, e contribuindo para a consolidação do sistema financeiro.

Em termos globais, os resultados da avaliação apontam que o sector financeiro cabo-verdiano demonstra sinais de estabilidade e goza de um cómodo nível de confiança por parte dos agentes económicos nacionais, não obstante a existência de riscos e vulnerabilidades.